



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP
E-mail: coace@ufscar.br

1

2

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

3

CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

4

5 **Data:** 10 de Julho de 2018

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

8 **Presidência:** SRA. FRANCY MARY ALVES BACK

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos dez dias de julho de dois mil e dezoito, às 14 horas, no Anfiteatro da Reitoria realizou-se a 36ª
12 Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria
13 de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pela Pró-Reitora Adjunta Francy Mary
14 Alves Back. A Presidente em Exercício saudou a todos os presentes e iniciou a reunião consultando
15 os conselheiros sobre a inclusão de um ponto de pauta na Ordem do Dia que visava responder ao
16 Ato Administrativo 384 do ConsUni, item 3, que solicitava manifestação sobre o interesse na
17 realização de procedimento eleitoral conjunto, visando a escolha de representantes discentes para os
18 Conselhos Superiores; explicou que seria decidido se iriam aderir a essa eleição conjunta ou havia a
19 possibilidade de realizar uma eleição própria. Profa. Débora retomou que a duas reuniões passadas
20 se discutiu a questão da moção de repúdio. Profa. Débora colocou que se tirou uma minuta a ideia
21 seria incluir nessa reunião também. Sra. Francy iniciou a votação para serem inclusas as duas pautas
22 solicitadas. Primeiramente a inclusão do ponto de pauta da adesão às eleições conjuntas a ser
23 realizada; Sra. Francy disse que já existia uma comissão eleitoral criada no âmbito do Conselho
24 Universitário criada para realização das eleições; disse que diante disso veio uma consulta ao
25 CoACE para que se posicionasse sobre a adesão ou não a essa comissão; iniciou a votação e a
26 inclusão do ponto foi aprovado por unanimidade. Sra. Francy iniciou a votação para a inclusão do
27 ponto de pauta que tratava da moção de repúdio do CoACE com relação a situação de manifestação
28 dos estudantes e a ocupação da Reitoria; explicou que os conselheiros tinham se organizado para
29 propor uma moção e iria ser discutido o texto em uma reunião extraordinária do Conselho que
30 acabou não acontecendo por falta de quórum e a proposta era que os conselheiros se manifestassem
31 pela adesão desse ponto de pauta; a inclusão foi aprovada com três votos favoráveis, um voto
32 contrário e três abstenções. Foi dada continuidade a reunião com os Informes da Presidência. 1.1.1
33 Posse membros indicados CCBS: Sra. Francy leu o ato que empossou a nova conselheira “A
34 presidente do Conselho de Assuntos Comunitários Estudantis em exercício, no uso das atribuições
35 legais estatutárias e considerando o despacho do CCBS n. 64 do dia 06 de junho de 2018, resolve
36 dar posse a Profa. Dra. Paula Costa Castro como membro titular do Conselho de Assuntos
37 Comunitários Estudantis da Universidade Federal de São Carlos em substituição ao Prof. Dr.
38 Cleiton Augusto Libardi, indicada pelo Conselho de Centro de Ciências Biológicas da Saúde, a
39 partir desta data. O mandato é de acordo com o interesse do Centro, de qualquer modo, findado ao

40 deixar de ser membro do respectivo Conselho de Centro. 1.1.2 Posse membros indicados CCET:
41 Sra. Francly deu posse ao Prof. Dr. Tiago Venâncio como membro titular e à Profa. Dra. Regina
42 Vicenzi Oliveira como membro suplente do Conselho de Assuntos Comunitários Estudantis da
43 Universidade Federal de São Carlos indicados pelo Conselho de Centro de Ciências Exatas e
44 Tecnológicas, a partir desta data. Sra. Francly deu as boas-vindas aos novos conselheiros e seguiu
45 para a Ordem do Dia. 2.1 Apresentação do Programa Institucional de Acompanhamento e
46 Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE): Sra. Francly explicou que o PIAPE foi apresentado ao
47 Conselho em abril e alguns conselheiros ficaram com dúvidas com relação a característica e o edital
48 que daria base ao processo de seleção dos projetos; disse que naquela reunião foi estabelecido um
49 prazo para que todos os conselheiros pudessem se manifestar com propostas de melhorias no
50 programa, da escrita e do detalhamento e não houve manifestação de qualquer conselheiro no prazo
51 estabelecido; disse que diante disso se consultou a ata da reunião onde os questionamentos surgiram
52 e tentou incorporá-los em uma nova versão do documento; esclareceu que esse trabalho foi feito
53 pela Sra. Caroline, terapeuta ocupacional, profissional que atua junto ao Departamento de Atenção
54 ao Estudante, vinculado à ProACE, e esclareceu que a mesma estava presente para sanar as dúvidas
55 dos conselheiros. Profa. Débora disse que se lembrava da reunião onde se discutiu e abriu para que
56 os departamentos fizessem os debates; disse que havia representação discente e que atualmente
57 estavam com outro cenário que, do seu ponto de vista, impactava diretamente naquilo que se
58 estabeleceria na reunião como uma política de permanência estudantil, sem ter nenhum estudante
59 presente; ainda que presentes, os estudantes não estariam legalmente constituídos; explicou que
60 estava em um impasse e compreendia a parte que envolve a ProACE, no sentido que se deve
61 avançar porque novos estudantes viriam, mas que novamente se incorreria no erro de estabelecer
62 algo do ponto de vista legal não havendo representação discente no Conselho; questionou a
63 legalidade de se aprovar algo que depois poderia ser deslegitimado e entendia que essa não resposta
64 por parte dos departamentos e centros se deu por uma sucessão de eventos que aconteceram de lá
65 pra cá, houve a questão da reintegração e vários outros assuntos que acabaram atropelando isso;
66 disse que não tinha muito claro se valeria mais a pena retomar isso em outro momento e questionou
67 quando sairia essa questão da eleição, mas que ela via que o CoACE neste momento estava
68 amarrado em uma situação maior e temia que se fizesse algo que acabaria não sendo definido como
69 política; disse que achava mais prudente se pudesse discutir isso provisório, mas sabia que não seria
70 possível, então teria que esperar as eleições e questionou como se resolveria esse impasse. Profa.
71 Iara disse que leu o documento e afirmou que era um documento importante, um programa
72 importante; disse que entendia o que a Prof. Débora falou, mas que entendia também que era um
73 programa que incentivava a permanência dos alunos, que acolhia os alunos mais desprotegidos, o
74 que é extremamente importante para a ocupação e integração dos próprios espaços tanto no sentido
75 da perspectiva da formação humana e profissional, porque o que ela percebia nesse programa era
76 que havia várias atuações, de vários centros, projetos diferentes, podendo estar se integrando; áreas
77 como a da saúde, social, política, que poderiam estar fazendo esses debates, do motivo desses
78 alunos não estarem aqui e porque se tem tantos impasse; registrou sua manifestação de vontade de
79 que esse programa fosse colocado em ação mesmo que os alunos não estivessem presentes, e que os
80 mesmos fossem inseridos nesse processo de discussão; afirmou não saber se os alunos podiam
81 entrar nesse conselho, mas achava que poderiam entrar pelo menos um estudante e então poderia
82 caminhar porque a universidade estava emperrada e se tinha que começar a colocar em ação;
83 esclareceu que não estava afirmando que estavam fazendo isso a revelia, sem nenhum tipo de
84 argumentação e debate, isso poderia estar potencializando as conversas, interações e as relações
85 desses alunos em diferentes ambientes e ela achava que todos os profissionais que estavam
86 presentes e os técnico-administrativos estariam apoiando isso; disse que via isso de um modo muito
87 importante de se estar ainda nesse semestre incluindo os alunos em projetos como esse; afirmou que
88 não sabia quais seriam as manifestações dessas pessoas, se poderia discutir isso, e o conselho
89 poderia trazer se fosse um impasse, quais seriam os projetos que foram encaminhados pertinentes e
90 se poderia ampliar porque se estava precisando viver momentos de integração de toda essa
91 diversidade, essas diferenças e essas aproximações, para ir para além em todos os alcances e limites

92 que se tem; parabenizou pelas ações feitas, que não teve ninguém que pode apoiar na escrita e disse
93 acreditar que a professora presente poderia falar sobre isso, se essas coisas que ela estava colocando
94 são realmente o que pensaram; disse achar essa uma grande contribuição; disse que se lembrou de
95 quando não se tinha nem cotas e faziam projetos voltados aos estudantes, e uma das coisas
96 importantes foi o cursinho com os alunos que tinham mais dificuldade de permanecer no campus,
97 eles tinham esse apoio com bolsas, mas era uma coisa única e voltada somente ao cursinho e
98 atualmente se podia ampliar, muita coisa aconteceu desde o início dos anos 2000; afirmou que via
99 como uma luz, uma possibilidade muito grande dos alunos se integrarem a esses projetos e
100 assumirem a Universidade, que não tratava-se de ficar só no seu lugar e sim circular e conhecer
101 outros ambientes e profissionais, diferentes linguagens, conceitos e debates; afirmou que sabia que
102 haveria embates porque se estava nesse momento, mas era no Conselho que se teria que enfrentar
103 isso com os alunos juntos aos profissionais, todos envolvidos; finalizou dizendo que era favorável a
104 esse encaminhamento. Prof. Anton disse que entendia a preocupação da Profa. Débora e da Profa.
105 Iara; propôs que fosse votada a minuta, que ele achava que nesse texto, pelo que leu, ficaram
106 contempladas as preocupações expressadas na última reunião em que apareceu esse tema e que se
107 deixasse para votar a comissão quando tivessem representantes discentes, porque sem representação
108 não teria como incorporar estudantes nessa comissão. Sra. Francly questionou ao Prof. Anton se o
109 que ele propunha era, por exemplo, fazer a apreciação da minuta e aprovar o programa, podendo
110 abrir para inscrição e quando tivesse a representação discente se faria eleição da comissão que faria
111 a seleção desses projetos para operacionalizar a seleção em si, a análise dos projetos, mas já poderia
112 colocar a abertura de inscrições para propostas. Prof. Anton afirmou que sim, e ressaltou que seria
113 correndo os riscos que a Profa. Débora sinalizou; registrou não saber o que o Conselho entendia
114 disso. Prof. Márcio disse que gostaria de ouvir as considerações da Profa. Débora, pois não
115 conseguiu ouvir devido à problemas na conexão; entendia que o programa era importante e já
116 estava em andamento; afirmou ter ouvido a última proposta de talvez não se aprovar a comissão,
117 mas o programa já iniciaria; pediu a Profa. Débora para fazer rápidas considerações do motivo de
118 ela estar ponderando aprovar o projeto nesse momento, se era só pelo fato de não ter representação
119 discente ou se ela encontrou uma crítica ao próprio projeto. Profa. Débora respondeu que eram as
120 duas coisas; disse que já se correu esse risco e esse erro já foi cometido em um ConsUni, de aprovar
121 um Conselho sem representantes discentes e por isso as eleições discentes estavam sendo refeitas
122 pela segunda vez; disse que ela não via nenhuma isenção de que alguém pudesse efetivamente ir no
123 Ministério Público denunciar que houve a aprovação de um programa, que tratava de uma política
124 de permanência estudantil, sem haver a discussão com os estudantes dentro do CoACE; disse que
125 quando iniciou essa discussão havia esses representantes presentes e participativos que trouxeram
126 na 34ª reunião discussões sobre isso e eles queriam entender a questão; disse que em um segundo
127 momento foi devolvido aos Conselhos de Centros e aos departamentos para que ali houvesse
128 também uma discussão mais profunda no que diz respeito as singularidades de cada localidade, de
129 cada departamento; isso não foi, segundo a Sra. Francly, devolvido; registrou que tinha dúvidas em
130 relação a não devolução disso; questionou se não devolveram por que não se leu ou por algum outro
131 posicionamento, por que inúmeras outras coisas aconteceram no decurso desse prazo ou o prazo era
132 curto; reafirmou que tinha dúvidas e registrou sua preocupação; disse que se dentro do âmbito do
133 Conselho Universitário onde aprovaram, por ampla maioria, um edital de eleições e depois de
134 consumado, aprovado, ainda assim, houve a denúncia no Ministério Público; disse que o Procurador
135 Federal, Sr. Marcelo Amorim, poderia ser por exemplo ouvido nessa reunião; segundo a Profa.
136 Débora, o Sr. Marcelo Amorim afirmou que se dentro do CoACE aprovasse hoje, aquilo que seria, a
137 minuta do edital do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo da Permanência Estudantil
138 sem haver nenhum representante discente no Conselho, se estaria fazendo algo a revelia da lei ou
139 dentro da lei; afirmou que precisava de clareza sobre isso, por que se não, estaria construindo algo
140 que poderia ser desconstruído futuramente novamente e assim o prejuízo seria maior; disse que se
141 podia aprovar a minuta e depois consultar o Sr. Marcelo Amorim, mas que não se sentia segura em
142 relação a isso; reafirmou que se no Conselho Universitário já aconteceu, nada impedia que não
143 pudesse acontecer no CoACE; disse que em relação ao programa em si, ela se lembrava que da

144 parte dela, quando ela leu, não viu novamente nada, mas é uma questão jurídica e não técnica; não
145 era do ponto de vista do que estava escrito no papel e até, de repente, se os estudantes trouxessem
146 outras leituras a respeito do documento, talvez ela tivesse outro entendimento, mas nesse momento
147 ela via um impedimento legal; disse que da sua parte, se tivesse que opinar sobre isso, iria votar
148 pela abstenção, pois não se sentia a vontade de aprovar um documento dentro desse cenário que ela
149 colocou; finalizou dizendo que a representação discente em uma comissão era fundamental e
150 precisava dela para discutir a composição dessa comissão. Sra. Francy disse que a composição da
151 comissão pela proposta do Prof. Anton não seria feita agora. Profa. Débora disse que pela proposta
152 do Prof. Anton se aprovaria a minuta correndo o risco que essa minuta pudesse não ser efetivamente
153 cumprida uma vez que se sabia que não havia dentro do CoACE no momento uma representação
154 discente; questionou como iriam superar esse impasse, que era o que estavam vivendo hoje. Sra.
155 Francy questionou se não poderia votar os demais assuntos sem a representação discente também.
156 Profa. Débora concordou. Sra. Francy disse que então não poderia votar a inclusão do ato
157 administrativo da eleição conjunta; afirmou que o conselho estaria desativado até que houvesse
158 representação discente. Profa. Débora registrou seu lamento e disse que era o que estava
159 acontecendo; afirmou que não era sua vontade que isso estivesse acontecendo e que se iria correr o
160 risco de fazer algo que do ponto de vista legal, não se tinha um parecer jurídico que sustentasse em
161 relação a isso; afirmou que se tivesse um parecer do Sr. Marcelo Amorim, que estava à frente de
162 várias outras ações, que garantisse afirmando que se tinha autonomia dentro do Conselho sem
163 representação discente de votar, aprovar isso, se estaria seguindo a recomendação dele, mas não se
164 tinha. Prof. Anton respondeu à Profa. Débora que gostaria de contra-argumentar; disse que se tinha
165 que pensar que riscos existiam, mas se deveria questionar se esses riscos eram assumíveis, ou seja,
166 nesse momento se assumia que não se tinha representação discente e se aprovava essa minuta e
167 deixava a formação da comissão para próxima reunião ou a reunião que houvesse representantes
168 discentes empossados, porque de fato não se tinha condições de votar nenhum dos pontos de pauta
169 na reunião de hoje, inclusive, um dos temas, que parecia mais importante, que seria aderir ou não a
170 essa eleição conjunta e gostaria de trazer isso à reflexão. Sra. Francy disse que gostaria de trazer a
171 história desse Conselho; disse que o mesmo estava sem representação discente efetiva desde
172 novembro ou dezembro do ano passado e se fez um impasse muito grande, onde se votou o edital
173 para o Programa de Assistência Estudantil para entrada dos estudantes bolsistas sem alunos;
174 afirmou que naquele momento o Conselho entendeu que a não votação, não aprovação do edital,
175 implicaria na prática, a não seleção de bolsas para acolhimento dos estudantes ingressantes em
176 2018; disse que o conselho votou que sim mesmo correndo riscos; deixaram uma margem, um
177 período, um edital, um prazo para impugnação do edital porque não tinham representantes discentes
178 e naquela reunião houve manifestação de estudantes contrários, questionando o edital e o Conselho
179 entendeu que deveria ser feita a aprovação do edital; disse que precisava pensar e encaminhar o que
180 seria, pensando com bom senso e na importância da ação, calculando custo-benefício; finalizou
181 dizendo que, obviamente, sem a representação discente, não haveria a ampla legitimidade para
182 discutir esse assunto, mas que precisavam encaminhar o andamento das coisas. Não havendo
183 manifestações Sra. Francy iniciou a votação para a aprovação do edital e do Programa Institucional
184 de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE), aprovado com seis votos favoráveis
185 e três abstenções. Sra. Francy questionou se o Conselho estava ciente de quando estava proposto a
186 posse dos membros. Prof. Anton respondeu que segundo a Profa. Débora não estava fechado, as
187 eleições não tinham calendário. Sra. Francy disse que no âmbito da ProACE iria fazer uma
188 reprogramação do calendário e iria trazer novamente para aprovação do Conselho; disse que
189 considerava mais viável, com datas e prazos, já se ter uma comissão para operacionalizar o
190 programa, mas se daria andamento as ações com uma nova apresentação de cronograma. Sra.
191 Francy disse que o segundo ponto de pauta tratava de definir a proposta do Conselho com relação as
192 eleições; disse que existia a possibilidade de aderir as eleições ou fazer eleições próprias. Profa.
193 Débora disse que estavam acompanhando dentro do ConsUni a elaboração desse novo processo
194 eleitoral; disse que o Prof. Luiz Manoel de Lagoa do Sino poderia complementar sua fala; afirmou
195 que existia uma comissão que foi tirada no âmbito do Conselho Universitário, órgão máximo da

196 Universidade, no sentido de fazer eleições conjuntas, o que lhe causa estranheza esse
197 questionamento. Sra. Francy contextualizou que no item n. 7 do Regimento do CoACE diz que
198 cabe-se ao Conselho apresentação de uma comissão para eleição, o próprio Conselho tem que se
199 manifestar, pode ele próprio querer fazer sua eleição ou dizer que se sente contemplado com a
200 comissão; disse que quando teve o ato do ConsUni foi oficiado as Presidências dos Conselhos para
201 que se manifestassem se iriam aderir ou não; disse que colocando esse ponto de pauta não estava
202 advogando em fazer eleições separadas, mas cumprindo com uma função institucional do Conselho
203 em se manifestar, em consultar; esclareceu que o Presidente ou a Presidente em Exercício poderia
204 fazer um ad referendum respondendo que sim, mas por uma atenção a questão democrática,
205 esclarecimento dos conselheiros, se trouxe para que o Conselho se posicionasse e oficiasse a
206 comissão eleitoral se iria aderir ou não; finalizou dizendo que isso vinha somente a cumprir uma
207 função institucional. Profa. Débora reafirmou que essa consulta lhe causava estranheza, porque se
208 tira do Conselho Universitário uma comissão única para elaborar um edital que consiga contemplar
209 todos os Conselhos de uma vez só; questionou como que cada Conselho iria dar conta de percorrer
210 os campi se não fosse por voto online; que já se criticou dentro do ConsUni, como que poderia
211 colher votos, constituir; disse que se lembrava há uns quatro anos dentro do CoACE, quando ela
212 presidiu uma eleição dentro do âmbito do CoACE para colher 800 votos e se conseguiu; era algo
213 inédito em eleições que tinham no máximo 200 pessoas votantes, através da ampla divulgação na
214 Radio UFSCar e registrou que foi um sofrimento; disse que agora, novamente, tendo que refazer
215 eleições dentro do âmbito do ConsUni com essa comissão criada, não tinha cabimento e tinham que
216 seguir o rito de todos os Conselhos de uma vez só para evitar inclusive novamente denúncias no
217 Ministério Público; afirmou que se não fosse em conjunto a quantidade de problemas gerados seria
218 maior; finalizou dizendo que era absolutamente contrária que o próprio CoACE fizesse sua eleição,
219 seu Conselho e que ele se juntasse a esse edital com os outros Conselhos que iriam ser feitos por
220 essa comissão tirada, votada, eleita dentro do ConsUni. Prof. Luiz Manoel afirmou que concorda
221 com a inserção do ponto de pauta, pois pelo esclarecimento da Sra. Francy seria uma ordem do
222 ConsUni para que todos os Conselhos se manifestassem e disse que também concordava com a
223 Profa. Debora; disse que era um ponto que geraria muita discussão, que era importante que esse
224 Conselho aderisse a eleição conjunta, afirmando que uma era difícil, imagine várias eleições. Sra.
225 Francy questionou se todos os conselheiros estavam informados e, como não houve manifestações,
226 deu início a votação para aprovar a adesão conjunta nas eleições, que foi aprovada por
227 unanimidade. Sra. Francy disse que o último item do ponto de pauta seria o proposto pela Profa.
228 Débora. e pediu para que o Prof. Anton e a Profa. Débora que participaram da elaboração da moção
229 resgatassem a proposta para que os conselheiros pudessem tomar ciência. Profa. Débora fez uma
230 síntese sobre o que havia ocorrido, afirmou que a partir dos eixos que havia sido propostos na
231 reunião passada ela e outros representantes estruturaram um texto para aprovação; disse que a ideia
232 do documento era externar a indignação pela forma como foi feita a reintegração de posse e a
233 judicialização dos sete estudantes que foram indiciados em um processo federal; esclareceu que
234 partiu de quatro considerações em uma moção de repúdio e uma carta compromisso do CoACE.
235 Prof. Anton disse que se tratava do que foi decidido e deliberado na reunião anterior, que seria uma
236 moção de repúdio e uma carta compromisso. Profa. Débora explicou quais eram os quatro pontos
237 considerados: o primeiro deles de que os estudantes da UFSCar ocuparam o edifício da Reitoria
238 como forma legítima de protesto contra o aumento de 122% do preço das refeições do Restaurante
239 Universitário e pedindo que fosse aberta as negociações com a gestão no sentido de buscar soluções
240 que pudessem reverter o aumento abusivo que colocaria em risco a permanência da parcela
241 considerável dos estudantes; lembrou que isso foi revogado no âmbito do ConsUni, se votou pela
242 revogação desse aumento até que se constituísse uma comissão que fosse analisar qual seria o preço
243 que seria colocado; disse que o segundo considerando seria que esses estudantes se viram acossados
244 por um mandato judicial, fruto de um boletim de ocorrência registrado na polícia pela administração
245 superior da Universidade; disse que o terceiro considerando era de que viram sete dos seus colegas
246 indiciados como réus em um processo da justiça federal quando se esperaria uma intermediação
247 dialogada com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, não havendo uma consulta ao

248 CoACE naquele momento; disse que o quarto considerando foi sobre a ameaça de convocação da
249 polícia militar em solidariedade aos colegas arrolados como líderes do movimento na ação judicial,
250 que entenderam que deveriam desocupar o prédio porque não havia naquele momento
251 intermediação de membros da gestão que pudessem garantir sua integridade física. Profa. Débora
252 leu o último parágrafo do texto “Entendemos, a partir do relatado, que é inaceitável que, em menos
253 de quarenta e oito horas após a ocupação, a administração superior da UFSCar tenha optado pela
254 judicialização da ocupação e pela criminalização do movimento, em nome de toda a Fundação
255 Universidade de São Carlos, (a) apelando para a força policial e arrolando sete estudantes como
256 lideranças da ocupação, (b) desconsiderando a legitimidade da manifestação (em um entendimento
257 confuso sobre legitimidade e legalidade), (c) rejeitando o caráter democrático que deve prevalecer
258 na resolução de conflitos, especialmente em uma Universidade Pública, cujo histórico é de defesa
259 dos processos democráticos, (d) eximindo-se de zelar pela integridade de seus estudantes, o que se
260 verificou durante o lamentável evento que culminou na reintegração de posse operada pela polícia
261 federal, (e) desconsiderando a posição contrária da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e
262 Estudantis sobre a ação, e (f) furtando-se a considerar a discussão em torno ao valor da refeição do
263 Restaurante Universitário como demanda social necessária e legítima e não apenas financeira.
264 Diante do exposto, o Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis reafirma sua crença em uma
265 Universidade Pública, democrática e plural, que zela pela formação integral (cidadã, solidária e
266 humanista) de seus estudantes, e solicita, de forma pública, à administração superior que: (1)
267 Retratar-se publicamente diante da comunidade universitária e perante a sociedade brasileira, pelos
268 excessos cometidos. (2) Esclareça como os sete estudantes foram arrolados na ação de reintegração,
269 dado que publicamente a comunicação oficial da administração superior indica que teve
270 dificuldades em dialogar, pois o movimento “não tinha líderes”. (3) Retire as queixas contra esses
271 estudantes e contra quaisquer outros que venham a ser arrolados à ação e, na impossibilidade de
272 fazê-lo, ofereça-lhes suporte e condições para ampla e irrestrita defesa. (4) Retome, em caráter de
273 urgência, as negociações sobre o preço das refeições nos Conselhos Superiores da Universidade,
274 considerando-se, também, que os estudantes do campus de Sorocaba ainda ocupam prédios do
275 campus em protesto contra o referido aumento”. Profa. Débora interrompeu a leitura do texto para
276 colocar que o mesmo já ficou desatualizado em alguns aspectos, mas lembrou que a moção foi
277 tirada lá atrás. Sra. Francly disse que inclusive grande parte destes temas foram tratados no órgão
278 máximo universitário e achava que precisa se manifestar em algum momento, mas o contexto dessa
279 moção era dar suporte a essa discussão no ConsUni; questionou se perdeu a datação desse
280 documento e pediu para que outros conselheiros pudessem se manifestar em relação a isso. Profa.
281 Débora disse que o documento foi elaborado dia 22 de maio e se estava em julho, estava atrasado,
282 porém o processo ainda estava em andamento e os alunos ainda estavam sendo processados; disse
283 que havia uma comissão estudando essa questão do aumento e registrou seu incômodo com a
284 questão de garantir de que a forma do diálogo tem que prevalecer acima de qualquer outra forma e
285 garantir diálogo não é dizer que está querendo fazer é fazer de fato; afirmou que diálogo é consultar
286 o CoACE para fazer isso para que se pudesse discutir e isso não foi feito; reafirmou que o texto
287 podia estar desatualizado em alguns aspectos, porque já se superou isso dentro do órgão máximo,
288 porém em outros aspectos permanecia igual, não se alterou, se vivia a expectativa de que haja uma
289 nova proposta de aumento, expectativa sobre o desfecho desse processo judicial, vive o
290 compromisso da Universidade do que será feito de represálias a esses estudantes e se no futuro se
291 outros grupos de estudantes decidirem de uma maneira legítima ocupar algum espaço por algum
292 motivo como isso iria se dar, isso não estava claro; finalizou dizendo que alguns aspectos do
293 documento mereciam ser mantidos e outros já se superou e afirmou não saber se era o caso de
294 refazer esses aspectos e lembrou que ele foi feito no dia 22 de maio. Prof. Anton disse que um
295 tema que deveria ser discutido no âmbito do CoACE que estava em pauta no ConsUni era a questão
296 da presença da polícia militar no campus que faz parte das preocupações do CoACE; disse que lhe
297 parecia sumamente importante nesse momento para se manifestar junto ao ConsUni. Prof. Márcio
298 afirmou que o texto deveria ser adequado naquilo que dizia respeito ao tempo, mas o
299 posicionamento do conselho deveria ser mantido diante dos fatos que ocorreram, que foram coisas

300 sérias, naquele momento que estavam ocorrendo se aprovou uma moção, só ficou de elaborar um
301 texto para ser aprovado na reunião seguinte; finalizou dizendo que era favorável a fazer uma
302 adequação do texto a respeito do que ocorreu em Sorocaba, quando estava dando continuidade a
303 ocupação naquele momento, mas que deveria ser aprovado como um posicionamento do conselho.
304 Prof. Cássio disse que era favorável a colocação do Prof. Márcio e da Profa. Débora; afirmou que se
305 absteve em colocar essa questão em pauta, mas compreendeu através dos esclarecimentos que o
306 texto continha temas relevantes que deveriam ser levados para frente, parte dele foi superada, mas
307 ainda assim existem questões importantes que devem ser levadas para frente. Prof. Anton disse que
308 há a carta compromisso também e que o representante do CoACE no ConsUni poderia levar;
309 afirmou que a carta compromisso tratava de temas que ainda estavam sendo discutidos, ou seja, era
310 importante que o CoACE se manifestasse. Sra. Francy questionou quais temas ainda faltavam
311 discussão, porque o preço do Restaurante Universitário foi discutido, a ocupação foi discutida e a
312 presença da polícia militar no campus não teve quórum na reunião, mas mesmo assim teve uma
313 moção do próprio ConsUni, um pedido para que a Procuradoria Federal revisasse. Prof. Anton disse
314 que uma coisa era ter consciência disso por ter acompanhado os desdobramentos dessas questões
315 outra coisa era o registro disso, ter a memória de que houve essa moção e ela foi apreciada e
316 aprovada em conselho, que houve a elaboração do texto e que não deveria mudar o documento,
317 poderiam aprovar o documento com a data de 22 de maio. Sra. Francy disse que não poderiam
318 aprovar com a data de 22 de maio porque o combinado foi que o texto seria votado no conselho e
319 estava sendo votado no dia de hoje, com a data de hoje; afirmou que não poderia aprovar algo hoje
320 com data retroativa. Prof. Luiz Manoel afirmou que o texto não estava desatualizado; afirmou que o
321 documento era fundamental porque marcava o posicionamento institucional do conselho sobre uma
322 questão que aconteceu e que poderia acontecer novamente; disse que muitos desses compromissos
323 tinham que ter como origem este conselho e não partir do Conselho Universitário como a Profa.
324 Débora colocou; disse que além de ser um compromisso da ProACE de reconhecer os espaços,
325 deveria ser um compromisso institucional deste conselho, pois se ocorresse novamente se discutiu
326 primeiramente no CoACE. Prof. Anton disse que a moção de repúdio e a carta compromisso foram
327 dois temas bastante apreciados pelo conselho e aprovados; disse que se iriam aprovar o texto
328 atualizado ou não poderiam discutir, mas já havia sido deliberado; afirmou que não tinha sentido
329 não fazer o registro disso e levar esse documento adiante e registrou sua preocupação. Sra. Francy
330 questionou se o texto fosse aprovado seria encaminhado ao ConsUni. Prof. Anton concordou e disse
331 que o conselho poderia entender que esse documento precisasse ser atualizado, podendo atualizar o
332 documento e trazer novamente para que fosse aprovado o teor do documento. Profa. Débora disse
333 que lembrava da Sra. Francy repetir diversas vezes na 35ª reunião de deixar claro que não poderia
334 sair fora daqueles eixos aprovados, se fossem mexer muito para tentar trazer uma atualizada no
335 texto, correriam o risco de desaprovar o que foi aprovado na 35ª reunião; afirmou que tendia a
336 concordar com o professor de Sorocaba que a questão temporal poderia ser resolvida se deixasse
337 claro que isso foi aprovado na 35ª reunião, do dia 22 de maio, e naquele momento vivia aquele
338 contexto, porque se for tentar fazer a questão temporal para agora poderiam incorrer em mudanças
339 desses eixos e registrou sua preocupação; disse que concordava com o Prof. Luiz Manoel sobre o
340 texto contemplar exatamente o que se vivia naquele momento, se por acaso, a polícia militar era um
341 dos temas que já preocupava e ainda não foi sanado, a questão do RU não foi sanada, porque ainda
342 não se tinha, mas que o eixo central que foi aprovado, que foi a insatisfação e o incômodo da
343 maioria dos conselheiros presentes no CoACE da forma truculenta como foi a questão da
344 reintegração e o medo de que isso acontecesse novamente no campus Sorocaba; disse que lembrava
345 dessas falas naquele momento; disse que não via problemas em que se aprovasse do jeito que
346 estava, até porque se tentou seguir aqueles eixos quando foi desenvolvê-lo; disse que outros
347 conselheiros queriam optar por outros encaminhamentos, mas ela e o Prof. Anton discordaram e não
348 se aprovou isso; disse que teve o cuidado de fazer a transcrição do áudio da reunião e se pautou
349 exatamente sobre o que foi discutido naquele dia; reforçou sua fala para que se pudesse aprovar isso
350 porque não teve quórum, por isso não foi aprovado na reunião subsequente, mas que ela não via
351 outra possibilidade; disse que se fosse mexer na questão temporal correriam o risco de dar outro

352 entendimento. Prof. Anton registrou sua preocupação de que isso se perdesse, havia probabilidade
353 de que o documento morresse se não fosse aprovado neste conselho; disse que poderiam manter a
354 data de 22 de maio, que foi a data que se construiu o documento, com a data de aprovação de hoje,
355 porque não havia nenhuma irregularidade nisso; disse que o documento foi criado no dia 22 de maio
356 e se estava aprovando na reunião de hoje por motivos que fugiram do esperado. Sra. Francy disse
357 que entendia que se aprovasse o documento seria aprovado hoje, que foi construído no dia 22 de
358 maio, mas não tinha como dizer que a data era do dia 22 de maio, porque teria que fazer o
359 andamento se o documento destina-se ao conselho Superior; disse que iria sair com a data de
360 quando foi aprovado referendando que essa discussão aconteceu em tal momento e estava chegando
361 porque o texto foi aprovado hoje referente a uma situação em um contexto que o conselho viveu em
362 22 de maio. Prof. Anton disse que isso poderia ser um adendo, apostilado ao documento, ou seja,
363 esses documentos foram apreciados e aprovados em tal data e redigido e encaminhado para o
364 CoACE em tal dia e estava sendo referendado e aprovado na reunião de hoje; disse que se tivesse
365 esse apostilamento já teriam as explicações necessárias, ou seja, o contexto ficaria claro, essa era a
366 questão e ele não via nenhuma irregularidade nisso; disse que o documento foi construído no dia 22
367 de maio e isso não se conseguiria apagar e atualizar nesse momento, seria como construir outro
368 documento em outro contexto; sugeriu que aprovasse o documento com esse apostilamento: “os
369 documentos foram deliberados e aprovados no conselho dia tal, o documento foi redigido em 22 de
370 maio e apreciado na reunião de hoje”. Sra. Francy afirmou que havia uma diferença de visão, a
371 moção foi aprovada pelo conselho mas o texto não; disse que a moção foi aprovada pelo conselho
372 que se manifestou contrário a tudo isso, isso foi aprovado e agora teriam que votar pelo texto e
373 questionou se este não for aprovado. Prof. Anton respondeu que o texto refletia todas as questões
374 que foram discutidas naquele dia, um apostilamento no documento seria suficiente, ou seja, ou se
375 faria uma apresentação ou deixaria para o final, se apresentaria que esses dois documentos foram
376 aprovados na reunião x, do dia tal, o texto foi redigido no dia 22 de maio no contexto do que
377 ocorreu e foi apreciado por motivos de força maior no dia de hoje. Sra. Francy iniciou a votação
378 para aprovação do texto apresentado, devidamente enviado aos conselheiros por e-mail, na data
379 estabelecida da reunião extraordinária, o texto foi aprovado com cinco votos favoráveis, um
380 contrário e três abstenções. Assim a reunião foi encerrada com os agradecimentos da Presidente do
381 Conselho em exercício. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a
382 presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

383 Sr^a. Francy Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) _____